

**PERCURSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA ESCOLA DA REDE FEDERAL
DO CEARÁ (1930-1960)**

Maria do Socorro de Assis Braun | sosbraun@hotmail.com

Dimas Augusto de Vasconcelos | dimasufc@yahoo.com

No decorrer do século XX o Brasil passou de uma economia agroexportadora, quando acreditava que seu papel no cenário mundial era apenas de fornecedor de produtos agrícolas e minerais a serem exportados, para um modelo urbano-industrial ancorado nas intervenções do Estado, quando promoveu o processo de substituição das importações por meio de políticas cambiais, tarifárias, fiscais e de investimentos. Nesse contexto, adota-se o *constructo* de que as transformações foram gestadas para o combate à crise econômica que o país enfrentou com a queda da bolsa de 1929.

Estas mudanças focadas na centralização do Estado, também tiveram influências nas alternâncias de poder entre ditadura, democracia e construção de um mercado de consumo interno. Além da integração do território nacional, incorporações das fronteiras agrícolas, acelerado êxodo da população rural em busca de oportunidades e melhoria de vida e rápido processo de industrialização e urbanização, abrindo assim um novo horizonte e uma nova agenda econômica para o país.

Neste cenário, era necessário efetivar a manufatura no país e privilegiar as indústrias nacionais que acabavam de germinar, deixando de lado a dependência externa. Por isso, foram criadas leis voltadas para a regulamentação do mercado de trabalho e principalmente, qualificação dos trabalhadores. Entretanto, este desenvolvimento continuou restrito aos grandes centros urbanos da região sudeste, provocando desigualdade regional, uma vez que no Nordeste a produção se restringia ao poder oligárquico de algumas famílias que produziam chapéus, charutos e cigarros, couros e peles, carroças e algodão ligados à economia agrícola (ANDRADE, 1981).

Nessa perspectiva, este trabalho teve como objetivo descrever os percursos da Rede Federal do Ceará, de 1930 a 1960, estudo centra-se, sobretudo, na análise qualitativa, utilizando como método de pesquisa um estudo detalhado em documentos, livros, ensaios, teses e textos dos mais variados autores sob diferentes aportes teóricos que possibilitaram traçar os percursos da educação profissional no Ceará. Para tanto, a pesquisa foi construída

com base na “nova história”, defendida pela variação cíclica e não linear da história, de modo que para ser compreendida deve estar articulada com outras ciências sociais, como afirmam Le Goff e Nora (1995 p.21) elas “circulam e são organizadas por um mesmo movimento, o qual se distribui em regimes de manifestações: econômicas, sociais e políticas.

Neste sentido, as relações sociais e políticas no Ceará se estruturavam com o Estado atendendo aos interesses das oligarquias locais dos produtores de cana que defendiam seus próprios interesses e do sertão com base econômica centrada no algodão e pecuária. Assim, segundo Smith (1985, p.4), “estas oligarquias exerciam pleno controle social, dentro das condições de preservação de uma estrutura produtiva tradicionalista que foi se tornando gradativamente impermeável às forças de mercado e de mudança”. Além disso, a obsolescência do maquinário e as relações de trabalho impactavam no seu quadro econômico e a industrialização funcionaria como uma saída estratégica de combate às desigualdades regionais.

Nessa época, merece destaque a formação do operariado brasileiro, que foi influenciado pelo processo de urbanização das cidades, quando milhares de pessoas deixaram o campo em busca de trabalho. Além de imigrantes que chegaram da Europa e de outros continentes atraídos pelos programas de valorização do café e da política de incentivo à imigração. Com isso, o governo disponibilizou para as empresas profissionais aptos a substituírem os escravos na agricultura e mão de obra para executar tarefas nas indústrias, contribuindo assim com o desenvolvimento econômico¹³⁸ do país, além de ideias para organização e formação da classe trabalhadora.

Nesse período, apesar do esforço de desenvolvimento da indústria nacional, faltavam profissionais qualificados que pudessem trabalhar no sistema industrial que acabará de germinar. Por isso, o poder público organizou a educação profissional, migrando da preocupação principal de atendimento a menores abandonados para formação de operários para atividades laborais.

Nessa época, o povo cearense enfrentou intempéries climáticas com as secas de 1932 e 1942, que tiveram repercussões no contexto social, pois o sertanejo teve que deixar suas terras em busca de melhores condições de vida e trabalho, do mesmo modo que na seca de 1915. Por isso, muitos deles migraram para centro-sul brasileiro, atraídos pela industrialização que se processava naqueles estados. Além disso, muitos foram recrutados

¹³⁸ **Histórico da Imigração do Brasil** - Projeto de imigração. Disponível em (www.portalsaofrancisco.com.br). Acesso em 13.06.2009

como “soldados da borracha” para extração do látex, importante componente para logística da guerra, com a promessa de puderem retornar à sua terra natal, quando o conflito da Segunda Guerra Mundial terminasse.

Com este quadro, contextualiza-se o início do movimento de industrialização no país, quando Getúlio Vargas implementou uma política de desenvolvimento a longo prazo, baseada em um projeto nacionalista, com ações que permitiram ampliação do mercado interno, acionando os mecanismos de expansão industrial do país, adotando o conceito nacionalista de desenvolvimento autônomo. Nesse período, a educação brasileira estava ideologicamente ligada aos intelectuais da igreja e das organizações militares que defendiam uma educação baseada na ideia de segurança, de ordem e de continuidade do país, pois ela deveria ser responsável pela formação de homens com sentimentos coletivos e consciência cívica (SCHWARTZMAN, 2000 p. 197).

Foi nesta época, mais precisamente em 1937, que a Lei nº 378, de 13 de janeiro, deu nova denominação à escola passando a ser chamada de Liceu Industrial de Fortaleza, de acordo com o

Art. 37. A Escola Normal de Artes e Offícios Wencesláo Braz e as Escolas de Aprendizes Artífices, mantidas pela União, serão transformadas em Lyceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e grãos.
Parapho unico. Novos Lyceus serão instituídos, para propagação do ensino profissional, dos vários ramos e grãos, por todo o território do Paiz (BRASIL, LEI nº 378, 1937).

Esta mudança começou em 1923 quando foi criada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, em substituição à antiga Comissão de Remodelação, influenciada pelo ideário renovador que penetrou de forma sistematizada no Brasil e se expandiu, ganhando diversas formas, diferentes meios de divulgação e serviu de referência para a implantação de reformas em várias instituições. Estas ideias foram inspiradas na chamada escola nova em oposição à pedagogia tradicional, introduzindo uma nova visão, com uma perspectiva democrática e dinâmica, configurada como ideal de homem culto.

Com o fim da área Vargas, na década de 1950, uma nova paisagem começou a se configurar no Brasil e no Nordeste em consequência das decisões do governo federal que influenciaram o desenvolvimento da região, como o aproveitamento do Vale do São Francisco, transformação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS em autarquia, implantação da hidrelétrica de Paulo Afonso e a criação da Superintendência para o

Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.

Muitas destas ações foram orquestradas por Juscelino Kubitscheck como medida mitigatória para minimizar as desigualdades regionais, viabilizando o planejamento para região Nordeste. Uma delas foi implementada em 1956, com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), por uma equipe formada com expertise nas demandas regionais, pelo Decreto nº 40.554/56, que descrevia em seu Art. 2º que este grupo “[...] terá o principal objetivo de apresentar ao Govêrno um plano global para o desenvolvimento daquela região”. Com esta ideologia desenvolvimentista, o poder central acreditava na aceleração da industrialização nordestina, por intermédio da ação planejada do Estado.

Com as ações propostas, segundo Furtado apud Imbelloni (2008, p. 51) esperava-se reduzir as disparidades regionais que colocavam em risco a unidade da nação e comprometiam as perspectivas de transformação do subdesenvolvimento brasileiro, uma vez que a política geral de industrialização no país, desde a década de 30, favorecia o Centro-Sul em detrimento do Nordeste comprometendo com isso seu progresso econômico.

Assim, a implantação da indústria de base criou uma grande quantidade e variedade de novos postos de trabalho, porém a oferta laboral não significou emprego, pois havia exigência de qualificação profissional para adequação às atividades próprias de cada nível e ramo de ocupação. Neste caso, a educação poderia ser um caminho disponível para a conquista de um ofício, nas empresas e indústrias de se desenvolviam na região, fruto do projeto industrializante orquestrado pela ação do governo, que criou e transformou órgãos para reduzir o distanciamento entre o Centro-sul e o Nordeste.

Nesse contexto, uma nova mutação ocorreu na escola em 1940, quando o estabelecimento foi transferido para onde funcionava a sede da Rede de Viação Cearense, à rua 24 de maio, nº 230. No ano seguinte, em 28 de agosto, o Ministro da Educação e Saúde modificou o nome de Liceu Industrial de Fortaleza para Liceu Industrial do Ceará. Nessa época, mais uma vez o Ceará enfrentou a adversidade climática e por isso necessitou de ações por parte do governo que abandonou a formação dos campos de concentração e começou a estimular o sertanejo a abandonar em definitivo suas terras para povoar os sertões do Mato Grosso de forma que as “fronteiras econômicas coincidisse com as fronteiras políticas” (Vargas, 1940 *apud* Neves, 2000).

Neste cenário, novas mudanças foram efetivadas na Instituição quando foi

chamada de Liceu Industrial do Ceará, por um despacho do Ministro Capanema, de 28 de agosto de 1941. Além disso, os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos: básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

Com esta mudança, implementada por força do Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, a escola da Rede Federal do Ceará passou a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário, vinculando do ensino industrial à estrutura de ensino do país, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos poderiam ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

Nesse período, ressalta Nobre (2001, p. 174) “esforçaram-se os cearenses por acompanhar o ritmo da industrialização do Nordeste, fruto atuação do governo do estado na promoção do desenvolvimento”. Além disso, é importante destacar que a manufatura da região possuía um caráter ainda rudimentar de beneficiamento de couro e outros produtos advindos do campo, bem como, seu desenvolvimento era dependente da produção agrícola.

Nessa perspectiva, influenciado pela segunda guerra mundial o governo voltava sua atenção para educação profissional de modo a qualificar profissionais que pudessem trabalhar nas atividades relacionadas a este evento. Com esse objetivo, foram modernizadas as Escolas da Rede Federal, com a introdução de novos equipamentos e a fixação da sede em prédios definitivos, construídos de conformidade com os fins a que se destinavam (Sidou, 1979). Por isso, o governo tomou medidas para adequar a Escola Industrial de Fortaleza à nova ordem mundial, criando as condições necessárias para instalação definitiva em prédio próprio, construído para este fim.

Assim, através da Lei 319, de 8 de março de 1937, o então interventor federal no Ceará, Francisco de Menezes Pimentel assinou a lei para doação do terreno para construção das instalações da Escola Industrial de Fortaleza, no valor de 250:000\$000 (duzentos e cinquenta contos de reis), de propriedade de Octávio Menescal da Frota, no bairro do Prado, com uma área de trinta mil metros quadrados, para ser doado ao Governo Federal para construção da sua sede própria. Com isso, de acordo com Sidou (1979), em 1952, a Escola Industrial de Fortaleza foi posta para funcionar no prédio construído especialmente para abrigá-la, na Avenida Treze de Maio, nº 2081.

Nessa época, quando o Brasil vivenciava efervescência econômica, política e social, os educadores progressistas desencadearam uma campanha em defesa da Escola Pública, seguindo o que constava na Constituição de 1946, em seu Capítulo II, “Art. 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”. Assim, a educação era defendida como um direito de todos e os recursos para este fim estava descrito no “Art. 169 - A União deveria aplicar nunca menos de 10% e Estados, Municípios e Distrito Federal, nunca menos de 20% das receitas resultantes dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Com esta ideologia, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº4024/1961, aprovada pela orientação doutrinária predominante no texto constitucional de 1946, alterando o quadro geral de organização do ensino instituindo a flexibilidade curricular e a liberdade dos métodos e procedimentos de avaliação. Desse modo, as escolas de grau médio poderiam se organizar com autonomia para desenvolvimento de um padrão de ensino renovado e flexível em prol do desenvolvimento nacional.

Assim, a relação entre educação e desenvolvimento que se estabeleceu a partir da LDB nº 4024/1961, partiu da necessidade de adaptá-la à sociedade brasileira, naquele momento complexa, plural, com diferenças regionais e desigualdades sociais. Entretanto, as mudanças no cenário industrial colocaram a educação, mais uma vez, em questionamento, sugerindo uma rediscussão no sistema de ensino. Por isso, Kuenzer (2000) afirma que a LDB nº 4.024/61 absorveu as alterações no mundo do trabalho reconhecendo legalmente a equivalência entre o ensino profissional e o ensino regular propedêutico, garantindo ainda a condição de prosseguimento irrestrito nos estudos.

Entretanto, mesmo antes da promulgação da LDB/1961, ainda em 1959, a Lei nº 3.552 ampliou o tempo de duração dos cursos técnicos industriais, que passariam a ter, no mínimo, quatro anos. Além disso, outra importante modificação trazida por esta legislação foi a anulação do vestibular, que somente seria aplicado quando o total de aspirantes a esses cursos superasse o número de vagas disponibilizadas. No mesmo ano, foi criado o Decreto nº 47.038, que regulamentava a modalidade de Ensino Industrial, uma vez que segundo o próprio decreto, os cursos técnicos industriais teriam como objetivo:

formar técnicos para o desempenho de funções de imediata assistência a engenheiros ou a administradores para o exercício de atividade em que as aplicações tecnológicas exigem profissional dessa graduação;
proporcionar base de cultura geral e conhecimentos técnicos que permitam

XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO
FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX

ao diplomado integrar-se na comunidade, participando do trabalho produtivo, ou prosseguir os seus estudos (BRASIL, 1959).

Além disso, o mesmo decreto implantou a formação técnica no turno da noite, tendo duração mínima de cinco anos, de acordo com os artigos a seguir:

Art. 21. Os cursos industriais técnicos poderão ser diurnos ou noturnos.

Art. 22. Os cursos industriais técnicos noturnos terão a duração mínima de 5 anos.

Parágrafo único. As matérias ou práticas que exijam aulas diurnas deverão ser indicada nos horários dos cursos noturnos (BRASIL, DECRETO n° 47.038, 1959).

Nesse sentido, a Legislação manteve o ensino industrial como uma atividade pertencente ao ensino médio e fez a articulação com a Constituição de 1946, em seu Art. 167, definindo o papel do Estado como norteador da educação, instituindo que “o ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem”. Além disso, a competência legislativa da União circunscreve-se às diretrizes e bases da educação nacional com a Carta Magna em seu Art. 5º, Capítulo XV, retomando o espírito da Constituição de 1934 estabelecendo a competência da União para "legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional" (BRASIL, 1946).

Assim, a formação do trabalhador, sobretudo na sua dimensão de preparação para o trabalho, foi implicada pelas sucessivas transformações por que passou a sociedade brasileira regulada nos moldes do mercado de trabalho que crescia vinculado ao processo de industrialização. Portanto, tratava-se de um momento marcado por importantes transformações econômicas e sociais, com o predomínio da cidade e da indústria sobre o campo e a agricultura, confirmando a noção de que o desenvolvimento brasileiro exigia maior qualificação da classe trabalhadora.

Nesse período, o Ceará convivía ainda com práticas políticas centradas no coronelismo e a economia baseada no setor primário, resultando no comprometimento da economia retardando sua industrialização, gerando descompasso em relação a outros estados do Nordeste. Este panorama começou e se modificou na década de 1960, quando deixou sua base eminentemente agrícola, para se constituir numa economia urbanizada, tendo como eixo de sua acumulação os setores industriais, de comércio e de serviços no processo de geração

de renda (TEIXEIRA, 1995, p. 10).

Entretanto, este quadro de atraso do Ceará em relação a outros estados do Nordeste começou a se modificar em 1963, quando Virgílio Távora assumiu o governo do Ceará, implantando um moderno planejamento para o Estado, conseguindo verbas para construção de linhas de transmissão elétrica, ligando a Hidrelétrica de Paulo Afonso, ampliando o cais do Porto de Mucuripe, pavimentação de diversas rodovias e criação do I Distrito Industrial, em Maracanaú. Estes fatores foram fundamentais para atrair indústrias para o Estado, além de modernizar os setores já existentes (FARIAS, 1997, p. 244).

Quanto a classe trabalhadora cearense desse período, necessitava de formação, pois os estudos terminavam no segundo grau, completado com um curso de datilografia como finalização do ciclo de profissionalização, que lhes permitia maior condição de competição no mercado de trabalho. Assim, a escola se apresentava como o espaço privilegiado para a aquisição de competências e habilidades fundamentais para ascensão social.

Nesse contexto, a Rede Federal de Ensino no Ceará que na sua origem foi entendida como uma modalidade reservada às classes menos favorecidas oferecendo cursos de educação para o trabalho, inseriu-se com uma proposta educacional que entendia ser necessário educar para a vida produtiva e responsável, bem como para o exercício de uma profissão, com a qual o educando contribuía para a manutenção de sua própria vida e desenvolvimento da sociedade.

Finalmente, os percursos da educação profissional da Rede Federal, no Ceará, entre 1930 a 1960, objeto central deste trabalho, significou a possibilidade de delinear os caminhos percorridos pelo ensino profissionalizante da referida instituição, considerando o processo histórico de delineamento de seus percursos, compreendendo-a como parte de um todo, cujos interesses extrapolavam o âmbito da educação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. de. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRASIL. **Decreto nº 40.554**, de 14 de dezembro de 1956. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1956-12-14;40554>> Acesso em: 12/06/2013.

XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO
FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX

_____. **Decreto nº 47.038**, de 16 de outubro de 1959. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47038-16-outubro-1959-386194-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 12/06/2013.

_____. **Lei nº 3.552**, de 16 de fevereiro de 1959. Disponível em:
<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109459/lei-3552-59>> Acesso em:
12/06/2013.

_____. **Lei nº 40.024**, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em:
<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>> Acesso em: 12/06/2013.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração Cambeba**. Fortaleza; Tropical, 1997.

Histórico da Imigração do Brasil - Projeto de imigração. Disponível em
<www.portalsaofrancisco.com.br>. Acesso em 13.06.2009.

LE GOFF, Jacques. **História: novos problemas**, direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora; tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro; F. Alves Editora S.A, 1995.

NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. 2ª Ed. Fortaleza; Centro de Documentação, Informação e Pesquisa - CEDIP; 2001.

SCHWARTZMAN, Simon, e outros. **Tempos de Capanema**. São Paulo; Terra e Paz; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SMITH, Roberto. **Troca desigual e industrialização no Nordeste**. São Paulo: IPE-USP, 1985.

TEIXEIRA, Francisco JS. **CIC: A Razão Esclarecida da FIEC. Propostas Alternativas**, n.4, Fortaleza: IMOPEC, ADUFC, CUT-CE e CPT-CE, 1995.